

Célio Azevedo



DECISÃO Os senadores Reginaldo Duarte, Ramez Tebet e Romeu Tuma depositam seus votos na urna

Congresso examina vetos

O Congresso realizou sessão conjunta ontem, com duração de quatro horas, para exame de vetos do Executivo a projetos aprovados pelos parlamentares desde 1995. A pedido do líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra, foram retirados 29 dos 175 proje-

tos com vetos parciais ou totais da pauta para deliberação; outros dois foram considerados prejudicados. A apuração da votação, em cédulas colocadas em urnas distribuídas no Plenário do Senado, será feita pelo Prodasen. O resultado deve ser divulgado hoje.

DECISÕES DO SENADO

Acordos facilitam trânsito de estrangeiros

Língua espanhola no ensino médio

Aumenta pensão para vítimas da talidomida

Página 3



DIAGNÓSTICO O deputado João Alfredo e o senador Alvaro Dias discutem com as pesquisadoras da UFRRJ os resultados do estudo

Pesquisa mostra que reforma agrária garante inclusão social

Resultados do estudo foram analisados ontem, em audiência pública, pela CPI da Terra.

Página 7

Comissão aprova FGTS para pagar faculdade

Projeto acolhido pela CAS limita em 70% o valor da parcela a ser liquidado com recursos da conta vinculada. Proposta segue agora para o Plenário

Página 8



AUDIÊNCIA Presidida por Suplicy, a CRE ouve o general Oviedo (em pé, com Marco Maciel) e o senador colombiano Mauricio Pimiento

Oviedo assume na CRE compromisso com a democracia

O general paraguaio Lino Oviedo, que se encontra no Brasil como refugiado político, anunciou ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que voltará a Assunção para se apresentar à Justiça e solicitar revisão de seu julgamento. Ele garantiu que, se chegar ao poder no Paraguai, manterá a via democrática. Também estiveram presentes à reunião da CRE parlamentares da Colômbia, que demonstraram interesse na aproximação com o Brasil. Ao se dirigir aos parlamentares colombianos, o senador Hélio Costa sustentou a necessidade de uma solução rápida para o impasse em torno da Lei do Abate.

Página 6

J. Freitas

José Cruz

Juvêncio critica Zeca do PT por processo contra jornalista

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) protestou da tribuna contra a decisão do governador José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, de abrir processo contra o jornalista Antônio João



Juvêncio: "Atitude choca sentimento democrático"

Rodrigues, um dos proprietários do jornal *Correio do Estado*, de Mato Grosso do Sul. Ele explicou que a ação se deve a artigo do jornalista condenando o governador por propor a mudança no nome do estado, que

passaria a se chamar Pantanal, com a sigla PT.

Juvêncio comparou as atitudes do presidente Lula em relação ao jornalista norte-americano Larry Rohter com a posição tomada pelo governador Zeca do PT. "Isso choca o sentimento democrático do povo brasileiro", declarou. O senador leu o artigo que motivou o processo, publicado no dia 18 de fevereiro, em que o jornalista diz que o governador terá o apoio do presidente Lula para a mudança de nome. Afirma ainda que o presidente e o governador têm outras coisas em comum, além de filiados ao PT: "Os dois adoram beber até cair e também, por uma questão de foro íntimo, decidiram mudar seus nomes".

Na defesa, o jornalista informa que não chamou o governador de "bêbado". O protesto foi apoiado pelos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Mão Santa (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Seminário discute a fiscalização da imprensa

Evento internacional que reúne jornalistas e estudiosos no auditório do Interlegis prossegue até as 17h

Com o tema "Quem fiscaliza o quarto poder?", o 4º Seminário Internacional de Comunicação de Brasília teve início ontem, no auditório do Interlegis. O primeiro palestrante foi o senador Hélio Costa (PMDB-MG), que falou sobre o tema "Jornalismo responsável e estereótipos". O parlamentar, que também é jornalista, discutiu a fiscalização e a regulamentação da imprensa.



POLÊMICA Costa, que também é jornalista, abordou o tema da responsabilidade no jornalismo

Para falar sobre a experiência da imprensa da Suécia foi convidado o correspondente sueco na América Latina, Herik Jönsson. O jornalista relatou

experiências de jornais nas questões de exposição de pessoas públicas, erros jornalísticos e indenizações. Jönsson tratou também do papel do *ombudsman* na Suécia, país onde surgiu esse conceito.

O presidente da TV Comunitária de Brasília, Beto Almeida, abordou o tema "Jornalismo comunitário: a contraface do quarto poder".

Vão falar ainda no seminário o representante da organização não-governamental TVer e professor da USP, Laurindo Leal; o diretor da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Fernando Martins; e o representante do Grupo Abril, Sidnei Basile. O seminário termina hoje, às 17h.

Eduardo celebra os 15 anos da capital do Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lembrou em discurso que há exatos 15 anos ele estava "no meio da poeira" ajudando a abrir as primeiras avenidas de Palmas, futura capital do estado do Tocantins, criado pela Constituição de 1988. Eduardo foi o primeiro prefeito de Palmas, uma das poucas cidades do país com plano diretor e planejamento completos.



Eduardo lembra emocionado a criação de Palmas

– Há 15 anos, eu levei alunos da primeira escola para presenciar os operários lançarem o primeiro metro de tubulação dos esgotos da cidade – lembrou, emocionado. Palmas seria inaugurada poucos meses depois.

Eduardo foi cumprimentado pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Almeida Lima (PDT-SE). Das galerias, alunos da Universidade Luterna do Brasil, de Palmas, acompanharam as homenagens.

João Ribeiro ressalta belezas de Palmas

O senador João Ribeiro (PFL-TO) homenageou os 15 anos de autonomia política do estado do Tocantins e enalteceu as belezas de Palmas, a última capital planejada do Brasil. Ele destacou o Lago Luís Eduardo Magalhães e a barragem do Lajeado. João Ribeiro leu reportagem da revista *IstoÉ* sobre o Tocantins e sua capital.



João Ribeiro elogia governadores do Tocantins

A capital funcionou por um ano na cidade histórica de Miracema, antes da construção de Palmas, lembrou João Ribeiro. Ele parabenizou o ex-governador Siqueira Campos, a quem aponta como "criador do Tocantins", e o atual, Marcelo Miranda (PSDB). Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) elogiou Palmas.

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa às 9h

O Plenário realiza hoje, a partir das 9h, sessão não deliberativa, em que não serão votadas proposições, sendo destinada aos discursos dos parlamen-

tares. Os primeiros oradores inscritos para falar na tribuna são os senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Almeida Lima (PDT-SE).

Último dia do evento internacional de comunicação

Termina hoje o 4º Seminário Internacional de Comunicação de Brasília, que está sendo realizado no auditório do Interlegis e transmitido por videoconferência para todas as assembleias legislativas do Brasil. Entre os palestrantes de hoje, estão o jornalista Josias de Souza, que discute o jornalismo investigativo, e o diretor da BBC Brasil em Londres, Richard Cole, que debate o controle de qualidade dos meios de comunicação britânicos.



Antônio Vieira na TV Senado

A TV Senado mostra este mês a série de *shows Da idade do Mundo*. Amanhã, às 15h, será apresentado o *show* de seu Antônio Vieira com participação de Zeca Baleiro. Aos 81 anos, Vieira produziu cerca de 300 composições.

Tesouro dos Mapas

O Salão Negro do Congresso abriga, até agosto, a exposição *O Tesouro dos Mapas – a Cartografia na Formação do Brasil*, que apresenta objetos náuticos e mapas dos séculos 16 e 17 que ilustram o conhecimento geográfico da época.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Valdir Raupp quer reparação a familiares de garimpeiros



Raupp diz que a ajuda é um alento para parentes

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou ontem projeto de lei que concede indenização às famílias dos garimpeiros mortos pelos índios da tribo cinta-larga, na reserva Roosevelt, em Rondônia. De acordo com a proposta, a indenização terá o valor de

cem salários mínimos vigentes à época do pagamento e será deduzida de qualquer indenização que a União venha a desembolsar em razão do episódio ocorrido na reserva em abril passado.

– Longe de pretender eliminar a dor sofrida pelos familiares dos mortos, esse projeto visa dar alento aos dependentes das vítimas e possibilitar que continuem suas vidas com um mínimo de dignidade, sem experimentar grandes privações materiais, ao menos nessa difícil fase de adaptação à ausência daqueles que representavam a força de trabalho familiar – explicou.

Alvaro Dias cobra mudanças nos rumos da economia



É preciso diminuir a pressão social, alerta Alvaro

Ao alertar o governo para a necessidade de mudanças na economia, de modo a “diminuir a pressão social cada dia maior”, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que “os sinais de agravamento da crise são evidentes: o dólar sobe, o risco Brasil também, en-

quanto os índices da Bolsa de Valores recuam”.

Segundo o parlamentar, o país passa pelo “caos da falta de autoridade e de competência, conjugado com inibição criativa, fatores que estão prejudicando a economia”.

– É preciso encontrar meios de convocar a sociedade para conter esse processo”, advertiu.

Para Alvaro, há sinais claros de que se aproxima uma situação internacional desfavorável, com a perspectiva de juros mais altos nos Estados Unidos – o que atrairá os investidores –, e evidências de elevação dos preços do petróleo.

Segundo o senador, o governo perdeu a oportunidade de baixar os juros a níveis de 9% reais, no ano passado, quando a conjuntura mundial era bem mais favorável. “Agora ficou mais difícil”, enfatizou.

Acordos aprovados facilitam a entrada de estrangeiros no país

■ Uma das medidas elimina exigências para migração entre os países que formam o Mercosul

O Senado aprovou ontem os textos de cinco acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro com diversos países. O primeiro dispensa visto de entrada aos titulares de passaportes comuns de nacionalidade turca, com igual contrapartida, por parte do governo da Turquia, em relação a visitantes brasileiros.

O segundo diz respeito aos estados-membros do Mercosul

– Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai –, com o objetivo de facilitar a permissão de residência de nacionais desses países entre si. Outra matéria dispõe sobre jurisdição de contratos de transporte internacional de carga entre os países integrantes do bloco comercial.

O texto das emendas ao Protocolo de Montreal – ato internacional sobre substâncias que destroem a camada de ozônio – também recebeu a aprovação dos senadores. O documento foi assinado em 1997, em Montreal, e em Pequim, em 1999.

O último dos acordos acolhidos ontem pelo Plenário, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos, dispõe sobre as-



ENTENDIMENTO Senadores discutem em Plenário relevância dos atos internacionais incluídos na pauta de votação

sistência mútua entre suas administrações aduaneiras e foi concluído em 20 de junho de 2002. Já aprovados pela Câmara, os projetos de decretos le-

gislativos (PDLs 944/03, 943/03, 911/03, 213/04 e 942/03, respectivamente) que tratam desses acordos vão à promulgação.

Vítimas da talidomida terão reajuste de pensão

Os portadores da síndrome da talidomida em todo o país poderão ter direito a reajuste de 35% sobre o valor da pensão especial de caráter indenizatório paga pelo governo. A decisão foi tomada ontem pelo Plenário, ao aprovar parecer do senador Flávio Arns (PT-PR) favorável a projeto da Câmara dos Deputados. A matéria vai à sanção presidencial.

De acordo com o projeto (PLC 76/03), que modifica a Lei 7.070, terão direito ao reajuste os beneficiários que comprovarem 25 anos, se homem, e 20 anos, se mulher, de contribuição para a Previdência Social. O aumento da pensão também atinge os beneficiários homens a partir de 55 anos, e 50 anos, se mulheres, desde que tenham contribuído para a Previdência por pelo menos 15 anos.

O projeto beneficia cerca de 400 pessoas portadoras da doença, cujas mães usaram o medicamento talidomida, durante suas gestações, entre os anos de 1954 e 1964. O remédio era destinado ao controle da ansiedade, tensão e náuseas, e recomendado principalmente para as gestantes, nos primeiros meses de gravidez.

Proibição

Em 1960, segundo Flávio Arns, surgiram evidências de que a talidomida era prejudicial à saúde. No caso da gestação, o medicamento interferia na formação do feto, chegando a



DECISÃO Projeto da Câmara, relatado por Flávio Arns, vai agora à sanção presidencial

provocar a aproximação dos membros junto ao corpo. Em 1961, o consumo do medicamento foi proibido em quase todo o mundo, sendo que o Brasil formalizou o veto ao remédio quatro anos mais tarde.

As doenças provocadas ficaram conhecidas como síndrome da talidomida, cujos portadores contraíram novas patologias, como artrose, artrite, reumatismo, hérnias de disco e osteoporose, entre outras.

Por falta de quórum, foi adiada a votação do PLS 221/03, que trata de mudanças nas atribuições das Forças Armadas, e do PLC 108/03, que fixa coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Espanhol deve integrar currículo do ensino médio

Na sessão de ontem, o Senado também aprovou o projeto de lei da Câmara (PLC 112/03) que determina a obrigatoriedade da oferta da língua espanhola nos currículos de ensino médio. A proposição, de autoria do deputado Átila Lira (PSDB-PI), determina que a matrícula na disciplina será facultativa.

Foi aprovada emenda da Comissão de Educação (CE) que excluiu a obrigação de que a

oferta da disciplina fosse feita no horário regular de aulas. Por causa dessa mudança, o projeto voltará ao exame da Câmara dos Deputados.

A proposta dá um prazo de cinco anos para as escolas se adaptarem à nova lei. Ao defender a aprovação da medida, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) lembrou ter apresentado projeto semelhante, retirado em virtude de a proposição do deputado ser mais antiga.

Resultado da votação de vetos será divulgado hoje

O resultado da votação de vetos presidenciais em sessão conjunta do Congresso Nacional realizada ontem será divulgado hoje, após apuração pelo Prodasen. A pedido do líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), foram retirados da pauta 29 dos 175 projetos com vetos parciais ou totais, e outros dois considerados prejudicados. Ele explicou que o objetivo era examinar apenas as matérias sobre as quais havia consenso.

A votação foi realizada por cédulas colocadas em urnas distribuídas no Plenário do Se-



NEGOCIAÇÃO Por sugestão de Fernando Bezerra, foram votados pontos que tinham consenso

nado. Os vetos que saíram da pauta serão examinados em data que ainda será definida. Por indicação das lideranças, foi designada uma comissão de quatro parlamentares para acompanhar a apuração.

A maioria dos vetos decorre da gestão Fernando Henrique Cardoso, sendo o governo atual responsável por 46 deles.



RECLAMAÇÃO Antonio Carlos fez críticas a indicados do PMDB para o governo

Antonio Carlos: Lula não pode “fazer leilão de seu governo”

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem que “o presidente Lula não pode fazer leilão do seu governo com forças políticas que só querem apoiá-lo para levar vantagens”. O parlamentar disse referir-se especialmente ao PMDB.

O representante da Bahia declarou que diversas indicações do

PMDB foram aceitas. Citou o ex-deputado federal João Henrique de Almeida (“cuja ficha profissional é das piores que existem”) nos Correios; o ex-senador Carlos Bezerra no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o ex-senador Sérgio Machado na Transpetro.

– Daqui a pouco o Jader Barbalho vai querer também – ironizou Antonio

Carlos Magalhães.

O senador assinalou que o governo utilizou “métodos sujos” na votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) arquivada ontem pela Câmara, que permitiria a reeleição dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Afirmou que o ministro das Comunicações, Eunício de Oliveira – de quem

se disse amigo –, fez “campanha pessoal como ministro de Estado” contra a PEC, “ferindo assim seu companheiro leal e correto que é o presidente João Paulo”.

– É este o governo que a nação brasileira não quer e que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teima em fazer, perdendo o apoio popular – concluiu o senador.

Heráclito diz que “povo já está ficando sem paciência”

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou em discurso que “o povo já está ficando sem paciência” com o governo do PT, porque são feitos anúncios de programas constantemente, mas o dinheiro “não é liberado” para sua execução. Ele sustentou que, no caso do Piauí, a “desesperança” é maior, pois lá “até o governador é do PT” e os eleitores acreditavam que isso seria uma vantagem para o estado.

– A senadora Ana Júlia Carepa anunciou aqui a liberação de recursos para o Pronaf que, se fossem verdadeiros, redimiriam a agricultura brasileira. Mas a senadora está no clube da falsa felicidade – disse o senador.

Heráclito lamentou que “o governo todo parece paulista”, pois boa parte das suas ações busca levar a prefeita Marta Suplicy (PT) à reeleição na prefeitura de São Paulo.

Para ele, a luta política por São Paulo foi um dos componentes da derrota da emenda constitucional que previa a reeleição para as Presidências da Câmara e do Senado. “O presidente da Câmara, deputado João Paulo, não poderia ter colocado a emenda em votação, na noite de quarta-feira, com apenas 440 deputados presentes. Aquilo foi uma roleta-russa”, afirmou.



SUSPENSE Heráclito assinala que governo anuncia programas, mas não libera verbas

Cumprimentos a ministros por combate à corrupção

Tião Viana e Ana Júlia elogiam Humberto Costa e Thomaz Bastos por ação que levou 14 suspeitos à prisão

Os senadores Tião Viana (PT-AC) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) cumprimentaram o ministro da Saúde, Humberto Costa, pela ação que resultou na prisão, na quarta-feira, de 14 suspeitos de participar de um esquema que fraudava licitações, no Ministério da Saúde, para compra dos fatores 8 e 9, responsáveis pela coagulação do sangue. Eles parabenizaram também o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e a Polícia Federal, que atuaram conjuntamente na operação.

– Estamos mostrando para a sociedade que o combate à corrupção é prioridade no governo Lula – disse Ana Júlia,



TRANSPARÊNCIA Tião Viana isenta ex-ministro Serra, mas quer ministério passado a limpo

que sugeriu, inclusive, a entrega de medalha ao ministro da Saúde. Ela lembrou que o ministro conseguiu reduzir em 50% os custos com licitação para compra de medicamentos e outros componentes para a área de saúde. O senador Tião Viana afirmou que na gestão de Humberto Costa a aquisição dos fatores 8 e 9 caiu de US\$

0,41 para US\$ 0,16.

Para a senadora Ana Júlia, não depõe contra o ministro o fato de um assessor de sua confiança estar envolvido no esquema de corrupção, que já existia desde o governo Fernando Collor e que conseguiu desviar cerca de R\$ 2 bilhões das verbas do Ministério da Saúde.

Já Tião Viana ressaltou que Humberto Costa, desde 2003, tomou as providências necessárias para a apuração das denúncias de corrupção na pasta e isentou o ex-ministro da Saúde de José Serra de qualquer participação no esquema, mas disse que o Ministério da Saúde “tem que ser passado a limpo”.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) declarou que ninguém está livre dos maus amigos. Demostenes Torres (PFL-GO) também cumprimentou os dois ministérios pela ação contra a corrupção.

Capiberibe sugere que Saúde abra suas contas via Internet

O senador João Capiberibe (PSB-AP) sugeriu ontem ao ministro da Saúde, Humberto Costa, que abra ao público, pela Internet, as contas do ministério e ordene uma auditoria nas compras de equipamentos hospitalares feitas nos últimos 15 anos para desbaratar mais corrupção. “Os instrumentos de controle que temos atualmente são influenciáveis politicamente”, alertou.

Capiberibe explicou que, para divulgar contas públicas, não é preciso criar uma nova estrutura administrativa e nem fazer um projeto de lei, basta o governo querer. Ele lembrou que implantou o que chamou de “controle social” no governo do estado do Amapá e que pro-

moveu a descentralização dos recursos públicos na área da educação, dotando cada escola de orçamento próprio para a sua manutenção.

– O dinheiro existia, mas não chegava à escola. Eram feitas grandes licitações de forma centralizada e o dinheiro se perdia na intermediação da burocracia – assinalou.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que o que estraga um governo são três fatores: a corrupção, a incompetência e o desperdício.

– Com o dinheiro desse avião do Lula, dava para pagar todas as dívidas dos hospitais universitários – afirmou.

O senador João Capiberibe afirmou ainda que o atual go-



INVESTIGAÇÃO Capiberibe propõe controle social para combater corruptos

verno do Amapá está anunciando que voltará a centralizar o orçamento e as compras das escolas.

– Tenho certeza que aquelas escolas deixarão de receber o mínimo necessário. Apropriar-se de dinheiro público, nesse país, parece até um direito divino – concluiu.



APURAÇÃO Magno Malta afirma que mesma ação policial deveria ter sido feita no caso Waldomiro

Magno Malta: imagem das prisões foi pedagógica

Para o senador Magno Malta (PL-ES), foi pedagógica a imagem de prisão pela Polícia Federal, na quarta-feira, de 14 suspeitos de participar de esquema de desvio de cerca de R\$ 2 bilhões do Ministério da Saúde na compra de hemoderivados.

Ele parabenizou o ministro Humberto Costa pela apuração das denúncias contra integrantes da própria pasta, incluindo um funcionário de sua confiança, o coordenador-geral de Logística, Luiz Cláudio Gomes da Silva.

Magno Malta ressaltou que o governo deveria ter feito o mesmo com o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz.

– Se no caso de Waldomiro Diniz ele tivesse saído algemado e fosse investigado, como ocorreu com o assessor de Humberto Costa, certamente o governo não teria convocado com o desgaste a que está sendo submetido – afirmou.

O senador também descartou informações divulgadas na imprensa de que teria deixado o seu partido e ingressado no PSC.

Magno Malta informou que realmente foi convidado para fazer parte desse partido, que considera uma agremiação honrada, mas não aceitou, permanecendo, portanto, líder do PL no Senado.

Paim defende acordo para aumentar o salário mínimo

Senador lembra pesquisa do IBGE que mostra queda da renda e dificuldades dos brasileiros

Em apoio à realização de um grande acordo em torno de um reajuste do salário mínimo maior do que o estabelecido pelo governo (R\$ 260), o senador Paulo Paim (PT-RS) recorreu ontem a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a queda da renda dos brasileiros. Ele lamentou a falta de políticas públicas que minimizem as dificuldades enfrentadas pela população de renda mais baixa. “A proporção dos que mencionaram algum tipo de dificuldade chega a 89%”, enfatizou.

Paim citou dados mostrando



CARÊNCIAS Paim destaca que 70% do orçamento dos pobres são gastos com casa e comida

que 46,7% da população não comem o suficiente e 85% não têm como pagar suas contas. Outro índice considerado importante pelo senador foi o de que 70% do orçamento doméstico das famílias mais pobres destinam-se a despesas com habitação e alimentação.

Paim também identificou falta de políticas sociais para o homem do campo, pois no interior o grupo de despesas que mais pesa é a alimentação, na proporção de 34,12% do orçamento dos lares rurais contra 19,58% nos centros urbanos. Segundo ele, o “retrato maior” da pobreza brasileira está na revelação de que 14,87% dos lares não têm serviço de água encanada; 16,36% não contam com coleta de lixo; 15,29% dos brasileiros moram em ruas não iluminadas; 25,67% não têm escoamento adequado de água das chuvas e sofrem com alagamentos; e 4,57% não têm fornecimento de energia elétrica.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que todo o país aguarda um salário mínimo mais justo e não tolera desperdícios como o novo avião presidencial.

Mão Santa pede que José Alencar eleve o reajuste

O senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ontem ao vice-presidente José Alencar que, em sua interinidade na Presidência da República, aumente o valor do salário mínimo, fixado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em R\$ 260. Mão Santa afirmou só haver uma salvação para o país: crescimento e desenvolvimento.

– Cada 1% de crescimento propicia 350 mil empregos – assinalou.

Em vez disso, lamentou, a economia decresce – o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu

0,2% ano passado – e o desemprego aumenta. Somente na cidade de São Paulo há 2,044 milhões de desempregados, disse, citando artigo do jornal *Folha de S. Paulo* que destaca o aumento do desemprego pelo quarto mês seguido, batendo o recorde histórico de 20,7% da População Economicamente Ativa (PEA).

O senador afirmou ainda que o presidente, que parte hoje para a China, viaje com a consciência intranquã. Mão Santa sugeriu que Lula dê “um aumento compatível com a digni-



SAÍDA Mão Santa adverte que crescimento econômico é a salvação do país

dade” para o salário mínimo antes de viajar e enfatizou que todos os preços estão subindo: a água, a luz, o telefone e o transporte.

– Sobe até a cachaça, Lula – ressaltou ele em pronunciamento na tribuna.

Pavan cobra de Lula o cumprimento de promessas

Ao registrar que, segundo o Instituto Sensus, em pesquisa encomendada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), 43% dos entrevistados indicam o desemprego como principal problema brasileiro, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou do presidente Lula o cumprimento de suas promessas de campanha, como a geração



EFICÁCIA Para Leonel Pavan, ações governamentais devem ser “menos pirotécnicas”

de 10 milhões de empregos, a retomada do crescimento, a eliminação da fome e a erradicação definitiva do analfabetismo.

Na avaliação do senador, as ações governamentais preci-

sam ser “menos pirotécnicas”, baseadas apenas em estratégias de *marketing*, para que possam alcançar níveis aceitáveis de eficácia. Ele citou como exemplo de ineficiência o programa Primeiro Emprego, implantado ano passado e que, por não ter obtido os resultados desejáveis, precisou ser alterado pelo governo.

Pavan destacou que o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou no mês passado que até março o programa tinha gerado apenas um emprego em todo o país. O senador acrescentou que as estatísticas de maio apontaram apenas 707 jovens contratados.



PARECER José Agripino (ao microfone) e Heloísa Helena pedem que matéria seja submetida à deliberação dos senadores

Decisão sobre CPI dos Bingos pode ir a Plenário

Os senadores José Agripino (PFL-RN) e Heloísa Helena (sem partido-AL) cobraram da Mesa a inclusão na pauta da ordem do dia, para apreciação dos senadores, do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que considerou legal a decisão do presidente José Sarney de não indicar senadores para integrar a CPI dos Bingos. Presidindo a sessão, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) informou que levaria o assunto para decisão de Sarney.

Amparada no Título XIII do Regimento Interno, que trata de questões de ordem, Heloísa Helena pediu a inclusão da matéria já na ordem do dia da

próxima sessão deliberativa da Casa. Ela citou o parágrafo 2º do artigo 408, segundo o qual “o parecer da comissão deverá ser proferido no prazo de dois dias úteis, após o que, com ou sem parecer, será o recurso incluído em ordem do dia para deliberação do Plenário”.

Eduardo registrou que a Mesa tinha conhecimento desse dispositivo, mas que a pauta do Senado estava obstruída havia muito tempo, o que teria impedido a apreciação da matéria. Pedindo celeridade, José Agripino comentou que os senadores estão devendo à sociedade uma posição sobre o assunto, já que “a população quer uma resposta no campo da ética”.

Virgílio diz ter 24 assinaturas para CPI sobre caso Celso Daniel

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou que já tem 24 assinaturas para garantir a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito que apure o assassinato de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André, e um suposto esquema de corrupção e de arrecadação irregular de fundos de campanha na prefeitura.

– O governo e o PT pressionam e forçam a retirada de assinaturas, mas a verdade é que o país não agüenta mais tanto escândalo, tanta roubalheira, tanta falcatura, tanta sujeira. A sociedade cobra o esclarecimento de tudo – disse.

Arthur Virgílio leu títulos e subtítulos de jornais com as notícias sobre as suspeitas de que um deputado estadual do PT paulista, Donisete Braga, se-



SUSPEITAS Arthur Virgílio afirma que “sociedade cobra o esclarecimento de tudo”

ria o mandante ou estaria envolvido no assassinato de Celso Daniel.

Com base em decisão da juíza federal Lília Botelho Neiva, da 4ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, o senador afirmou que é uma questão de “pouco tempo o restabelecimento do direito de as minorias instalarem CPIs”.

Virgílio protestou ainda contra o envio, à sua residência, de material informativo da Radiobrás que ele considerou “ter força ditatorial da posição oficial do governo”.

J. Freitas



EXPOSIÇÃO Oviedo (E) e parlamentares colombianos ouvem discurso de Suplicy na comissão

Lino Oviedo anuncia na CRE que pedirá revisão de pena

■ Condenado a dez anos de prisão no Paraguai, general diz que se for eleito manterá a democracia no país

Em reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizada ontem, o general Lino Oviedo garantiu que, se chegar ao poder no Paraguai, após o seu retorno ao país, manterá a via democrática. Ele se encontra no Brasil na condição de refugiado político e anunciou que voltará a Assunção para se apresentar à Justiça e solicitar a revisão de seu julgamento.

– Um pai normal não mata seus filhos e eu me considero um dos pais da democracia do Paraguai. Os senadores podem ter absoluta certeza de que jamais adotei ou adotarei um caminho que não seja o da democracia, pois não teria autoridade moral e nem apoio no Congresso – afirmou Oviedo em resposta a um questionamento feito pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

O general é acusado de ter participado de um golpe em 1996 contra o então presidente Juan Carlos Wasmosy e resolveu deixar o Paraguai depois de

ser divulgada a sua alegada participação no assassinato do então vice-presidente Luis María Argaña, em 1999.

Condenado a dez anos de prisão, ele agradeceu à CRE pela oportunidade de participar da reunião e afirmou que só pede o respeito à sua integridade física, o direito à defesa e ao devido processo legal.

Jefferson Péres disse que não tinha intenção de abordar assuntos internos do Paraguai, mas recordou que Oviedo foi acusado de liderar um golpe e observou que o Brasil, como integrante da Organização dos Estados Americanos (OEA), subscreveu a chamada cláusula democrática, segundo a qual não se relacionará com país que optar pelo autoritarismo.

– Se o país quiser viver em ditadura que viva, mas relações com o Brasil, não, definitivamente não, pois não vamos admitir uma exceção – advertiu Jefferson.

O presidente da comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), fez um “apelo humanitário” ao presidente do Paraguai, Nicanor Duarte, para que garanta a vida de Oviedo e um julgamento justo.

Também estiveram presentes à reunião parlamentares da Colômbia, que demonstraram

interesse na aproximação entre os dois países. O senador Mauricio Pimiento relatou o programa que vem sendo desenvolvido pelo presidente Álvaro Uribe para estabilizar o país e fortalecer as instituições democráticas. O deputado Roberto Camacho, por sua vez, observou que o Brasil tem “inevitavelmente” o destino de liderança no hemisfério.

Ao se dirigir aos parlamentares colombianos, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) sustentou a necessidade de uma solução rápida para o impasse em torno da Lei do Abate, que permite o ataque a aviões – especialmente de traficantes de drogas – que invadam o espaço aéreo brasileiro.

Jefferson Péres pediu o apoio dos colegas de comissão para obter a implantação, na prática, do Tratado de Cooperação Amazônica, em vigor há mais de 20 anos.

O presidente da CRE recordou ter feito, há uma semana, três palestras na Colômbia sobre o tema da renda básica de cidadania.

Suplicy adiou para a próxima semana a pauta que seria votada ontem pela comissão, uma vez que já estava em andamento a ordem do dia da sessão do Congresso Nacional.

Brasileiros convidados para encontro de países andinos

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do presidente do Senado da Colômbia, German Vargas Lleras, que veio ao Brasil convidar os parlamentares brasileiros a comparecerem à conferência de cúpula dos países andinos para discutir a luta contra o terrorismo, a ser aberta em Bogotá no próximo dia 27. Durante a conversa com Sarney, Vargas Lleras ressaltou o empenho do Legislativo de seu país no estreitamento de vínculos com o Congresso brasileiro.



LUTA Lleras pede a Sarney a presença de parlamentares brasileiros em Bogotá, no dia 27

Suassuna diz que viagem à China pode render pouco

O vice-líder do governo, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), cobrou ontem mais objetividade e ousadia das políticas industrial e comercial, para que o Brasil possa fortalecer laços com países de grande mercado consumidor. Sem essas mudanças, caravanas como a que segue para a China neste fim de semana correm o risco de não ser tão proveitosas, na visão do parlamentar paraibano.

Na sua análise, Suassuna usou a mesma expressão utilizada pelo presidente da República para qualificar autoridades brasileiras em missões internacionais destinadas a incrementar o comércio: “mascates”. O senador advertiu para o equívoco de uma visão acanhada do tema.

– Colocar os “mascates” em campo é uma excelente iniciativa, mas que não terá resultados se não for acompanhada de ações que facilitem a vida do exportador brasileiro. A verdade é que não temos uma política comercial agressiva o suficiente. Nosso crescimento de-



BUROCRACIA Suassuna afirma que abrir empresa no Brasil “é um flagelo”

pende da imediata formulação e implementação dessa política – disse Suassuna.

Entre os “flagelos” mencionados pelo vice-líder do governo está a excessiva burocracia. Enquanto no Brasil são necessários 15 procedimentos e 152 dias para abrir uma empresa, na Índia, os procedimentos reduzem-se a dez e o prazo médio, a 88 dias. O exportador brasileiro também se vê às voltas com uma “estratosférica taxa de juro real” e nenhum estímulo tributário à exportação de produtos de maior valor agregado, assinalou ele.

– Além de diversificar nosso leque de produtos, precisamos agregar valor ao que vendemos. Não podemos depender eternamente das *commodities*, dos produtos agrícolas não-elaborados, da matéria-prima pura e simples – alertou Suassuna.



ESFORÇO Maciel explica que programa é coordenado pela ONU e ajuda população carente

Maciel informa que Bovespa filiou-se ao Pacto Mundial

O senador Marco Maciel (PFL-PE) anunciou que a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) assinou o Pacto Mundial no dia 8 de abril último. O Pacto Mundial é coordenado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com a finalidade de propiciar às populações mais carentes do mundo apoio no campo da educação, da saúde e na distribuição de renda.

– Mais de 60 países, por meio de cerca de 1.400 organizações, participam desse esforço social e econômico, e cerca de cem são organizações brasileiras, o que mostra que nossos dirigentes estão atentos às necessidades de outros povos e comparecem de maneira significativa nas atividades que implicam responsabilidade social – destacou o senador. Ele acrescentou que a Bovespa foi a primeira bolsa de valores do mundo a se associar ao empreendimento e será, por isso, homenageada pela ONU no próximo dia 24 de junho, em Nova York.

Maciel citou ainda outros projetos implantados e desenvolvidos pela Bovespa: programa educacional, desenvolvido desde 1989, que atende a mais de 60 mil estudantes em 602 instituições; programa de divulgação, criado em 2002, sob o *slogan* “Bovespa vai até você”, que visa incentivar clubes de investimento e que já tem 110 mil cotistas, em um total de R\$ 4 bilhões; Bolsa de Valores Sociais, criada em 2003, que direciona doações a 30 projetos educacionais em 12 estados da Federação.

Educação discute uso dos transgênicos na terça-feira

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR) solicitando a realização de audiência pública para discutir o projeto de lei da Câmara que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados (OGMs) e reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). De acordo com a proposta, o projeto será dividido em duas partes. Uma, referente aos transgênicos, deverá ser debatida

pela CE a partir da próxima terça-feira. Já os capítulos que tratam dos vários aspectos relacionados às células-tronco e embriões deverão ser examinados no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais.

Serão convidados a participar da audiência pública os seguintes órgãos e entidades: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Ciência e Tecnologia; Academia Brasileira de Ciência (ABC); Associação Nacional de Bios-

segurança (ANBio); Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Por sugestão do senador João Capiberibe (PSB-AP), serão convidados um representante da Sociedade Brasileira (SBPC) e o jurista Aurélio Rios.

A proximidade da próxima safra, segundo Osmar Dias, que é o presidente da CE, levou-o a propor a di-

visão do projeto. Segundo ele, essa iniciativa permitirá que a discussão e a tramitação da matéria se façam com mais celeridade, dando aos agricultores condições de conhecer a legislação ambiental que deverá orientá-los em sua atividade.

Conforme Osmar Dias, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) deverá reunir-se com os presidentes das Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, respectivamente, Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Ramez Tebet (PMDB-MS), para agendar as audiências públicas.



Márcio Kallume

INFORMAÇÃO Osmar Dias propôs a realização da audiência pública

Pesquisa mostra que reforma agrária garante inclusão social

Audiência na CPI da Terra revela que assentamentos melhoraram a vida de 90% dos entrevistados

A mais recente pesquisa realizada sobre os impactos promovidos pelos assentamentos rurais nas regiões em que estão implantados revelou que os projetos contribuem para dinamizar o desenvolvimento regional, garantem condições melhores de trabalho e renda para os assentados e funcionam como importante instrumento de inclusão social e de geração de emprego a custo baixo. Esses resultados foram apresentados ontem, em audiência pública, aos integrantes da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que realiza um amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os conflitos no campo e os problemas que emperram a reforma agrária no país.

O levantamento mostrou que um posto de trabalho gerado pelos 181 projetos de reforma agrária pesquisados custa em média R\$ 8 mil. Em resposta ao senador Sibá Machado (PT-AC), um dos coordenadores nacionais da pesquisa, o professor Sérgio Leite, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), disse que esse valor é muito inferior ao custo de uma unidade de trabalho no setor de serviços, onde o emprego mais desqualificado custa R\$ 13.265, pelos dados do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) do Ministério do Trabalho.



José Cruz

EFICIÊNCIA No debate presidido por Alvaro Dias (3º à direita), professores elogiam resultados da reforma

O senador queria esclarecer a tese levantada pelo advogado José Cândido Prunes, ouvido pela CPI no último dia 6, de que o país estaria produzindo assentamentos insustentáveis do ponto de vista econômico e de que o setor de serviços teria condições de absorver o contingente que atualmente procura os projetos de reforma agrária. Os outros três coordenadores nacionais da pesquisa, as professoras Leonilde Servolo de Medeiros e Rosângela Pezza Cintrão, ambas da UFRRJ, e o professor Moacir Gracindo Soares Palmeira, do Museu Nacional da UFRJ, igualmente rebateram a tese do advogado do Instituto Liberal.

Resultados

O universo da pesquisa realizada entre janeiro de 2000 e

dezembro de 2001, com financiamento do Núcleo de Estudos Agrários do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (Iica), abrangeu 15.113 assentados em 181 projetos implantados entre 1985 e 1997, principalmente na zona canavieira do Nordeste (Alagoas, Paraíba e Pernambuco), no sudeste do Pará (Conceição do Araguaia), sertão do Ceará (Canindé) e entorno do Distrito Federal (Goiás e Minas Gerais).

Noventa por cento dos assentados consultados disseram, segundo Sérgio Leite, que as suas condições melhoraram depois que passaram a viver nos projetos, principalmente na parte educacional (70% dos pesquisados), de trabalho (al-

guns declararam que saíram do "cativeiro" para qualificar a situação em que trabalhavam) e de alimentação (37% do que produzem são para autoconsumo).

O presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), informou aos integrantes da comissão que na sua visita a Pernambuco ouviu dos assentados que eles sobrevivem com 7ha, rebatendo assim a tese de Prunes de que seriam necessários 192ha para dar condições econômicas de sustento ao agricultor da reforma agrária.

O professor da UFRRJ esclareceu que há 28 milhões de hectares disponíveis para a reforma agrária e que o tamanho para viabilizar economicamente o assentado depende da região e da atividade.

Ana Júlia anuncia autorização para desapropriar fazenda no Pará

Ana Júlia Carepa (PT-PA) anunciou que o presidente Lula assinou decreto considerando de interesse social, para fins de reforma agrária, a Fazenda Cristalino, localizada nos municípios de Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras, no Pará. A decisão foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem. Com a medida, explicou a senadora, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel, o que, segundo a senadora, beneficiará mais de 1.300 famílias que já moram e produzem na área.

Ana Júlia informou que os recursos liberados para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2003/2004, no valor de R\$ 5,4 bilhões, superaram em mais de 40% a média dos anos anteriores. Ela acrescentou que a previsão é de que até o fim de junho serão contratados R\$ 4,5 bilhões na forma de financiamentos do Pronaf, beneficiando 1,4 milhão de famílias.

Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que, enquanto a senadora "descreve um país das maravilhas", o Brasil vive situação crítica.



Roosevelt Pinheiro

OTIMISMO Ana Júlia informa que Pronaf vai liberar R\$ 4,5 bilhões até junho

FGTS poderá ser utilizado para pagar curso superior

Projeto aprovado pela CAS deve beneficiar milhões de trabalhadores e dependentes

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) favorável a projeto de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que permite a utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de mensalidades de faculdades particulares do trabalhador e de seus dependentes. A matéria segue agora para o Plenário.

O projeto (PLS 287/03), já aprovado pela Comissão de Educação (CE), limita em 70% o valor de cada parcela a ser pago com recursos da conta



ALCANCE SOCIAL Iniciativa de Eduardo Azeredo foi aplaudida pelos senadores da comissão

vinculada, sendo que os outros 30% ficarão por conta do aluno. Mas o benefício só valerá para estudante em estabelecimento registrado no Ministério da Educação. Azeredo argumenta, na justificação da proposta, que a medida é de grande alcance social.

Leomar Quintanilha (PMDB-

TO), Leonel Pavan (PSDB-SC), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Flávio Arns (PT-PR) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) aplaudiram a iniciativa de Azeredo, já que irá beneficiar milhões de brasileiros.

Ana Júlia Carepa (PT-PA), apesar de deixar claro que o mérito do projeto é importante, manifestou preocupação quanto a inúmeras propostas em tramitação no Congresso que permitem saques do FGTS.

Com isso, observou a senadora, o fundo poderia perder a sua principal função, ou seja, proteger o trabalhador em casos especiais, como o desemprego. Mas adiantou que o governo já está ultimando ações concretas destinadas a apoiar o trabalhador e seus dependentes que cursam o terceiro grau sem, contudo, usar o FGTS. Por isso, ela se absteve de votar.



CONDECORAÇÃO José Sarney, ao lado de João Paulo, recebe o Grão-Colar por ter prestado relevantes serviços à cultura jurídica do país

Sarney é homenageado pelo Ministério Público

O presidente do Senado, José Sarney, foi condecorado ontem com o Grão-Colar da Ordem do Mérito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, como uma das pessoas que prestaram relevantes serviços à cultura jurídica do país.

Na mesma solenidade, foram agraciados o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e a presidente da Fundação Ayrton Senna, Viviane Senna. Esses três homenageados receberam as condecorações

que foram outorgadas a eles em 2003. Como não puderam comparecer à cerimônia de entrega realizada no ano passado, receberam o colar agora, junto com os agraciados de 2004.

Entre os 64 homenageados deste ano, estão o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles; o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Valmir Campello; e o jurista Antonio Carlos Sigmaringa Seixas, de Brasília.



EXIGÊNCIA Conforme decisão da CAS, benefício só valerá para faculdades registradas no MEC

Proibição do trabalho de menor vai para o estatuto

Projeto de lei que inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente a proibição do trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), e relatada pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a proposta vai agora a votação em Plenário.

O projeto (PLS 297/03), que adapta o estatuto ao texto constitucional, foi acolhido com emenda apresentada pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), com o objetivo de garantir ao adolescente aprendiz o direito de receber um salário mí-

nimo/hora, salvo condição mais favorável.

Na mesma reunião, presidida pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi rejeitado projeto de lei (PLS 57/03) de iniciativa do então senador Francelino Pereira que regulamentava o exercício da profissão de artesão.

Para o relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), a matéria tratava mais do trabalho do aprendiz de artesão do que propriamente da regulamentação do exercício da atividade, o que, segundo informou, já está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O projeto será encaminhado ao Arquivo.

Lúcia Vânia critica ações de assistencialismo

Ao representar a Comissão de Assuntos Sociais no 16º Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), no Rio de Janeiro (RJ), a presidente do colegiado, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), disse que os programas sociais do governo ainda são "marcados pelo assistencialismo".

A seu ver, a tutela do Estado impede a ousadia no desenho de programas sociais, que não adotariam adotando novas tecnologias nas estratégias de enfrentamento da pobreza. O encontro abordou a economia do conhecimento, crescimento sustentado e inclusão social.

Almeida Lima quer reduzir número de vereadores

O senador Almeida Lima (PDT-SE) apelou à Mesa do Senado para que não sejam colocadas em votação propostas que restauram o atual número de vereadores, diminuído em 8.500 por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

– O Supremo está certo em sua interpretação da Constituição. O número atual de vereadores, cerca de 60 mil, é excessivo. Se for diminuído, a eficiência das câmaras de vereadores não será afetada e tampouco a população irá sentir qualquer diferença. O único erro do STF foi ter procrastinado a decisão, fazendo-a coincidir com um ano eleitoral como é 2004.

Para Almeida Lima, é preferível que o próprio Legislativo cuide de suas mazelas, sem deixar espaço para que surjam, de fora, propostas ruins, como a de extinção do Senado ou a de compor as câmaras de vereadores com titulares sem remuneração.



APELO Almeida Lima pede à Mesa para não agendar PECs que alteram decisão do STF

O senador lembrou que o Legislativo vive uma crise de eficiência e de prestígio, dado o excesso de medidas provisórias.

O representante sergipano disse que, ao tomar posse, propôs emendas à Constituição reduzindo em um terço o número de senadores, em 25% o número de deputados e em 50% o número de vereadores.

Segundo Almeida Lima, há distorções imensas em muitos municípios brasileiros, entre as quais citou os casos de Campinas (SP), com cerca de 1 milhão de habitantes e 21 vereadores, e Aracaju, com cerca de 500 mil habitantes e também 21 vereadores.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Reginaldo Duarte e pela senadora Serys Slhessarenko